

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.347.175 - RJ (2018/0209730-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MEGA POWER DOS LAGOS COMERCIAL LTDA
ADVOGADOS : PAULO JOSE BASTOS COSENZA - RJ174074
LIANE KLOTZ DE ALMEIDA COSENZA - RJ214858
AGRAVADO : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E
BIOCOMBUSTÍVEIS

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Mega Power dos Lagos Comercial Ltda. contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ (e-STJ, fls. 744-746).

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado, com base na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, em oposição a acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 663):

PROCESSUAL CIVIL - COISA JULGADA MATERIAL - ART. 6º, § 3º, DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO - ARTIGOS 337, §§ 1º, 2º E 4º, E 502, AMBOS DO NOVO CPC - FATO PROCESSUAL IMPEDITIVO *LATO SENSU*.

I - Nos termos do art. 6º, § 3º, da LINDB, e dos arts. 337, §§ 1º, 2º e 4º, e 502, do NCPC, configura-se a coisa julgada material, como fato processual stricto sensu impeditivo, quando, diante de duas ações essencialmente idênticas entre si — ou seja, envolvendo as mesmas partes da demanda nas mesmas posições jurídicas, através das quais se deduz o mesmo pedido, fundado na mesma causa de pedir remota e próxima —, constata-se que a mesma questão meritória já fora definitivamente resolvida, tornando-se impossível qualquer espécie de impugnação contra a respectiva decisão, o que implica a preservação do processo anterior — e, por conseguinte, da própria res judicata, em respeito ao princípio da estabilidade das situações jurídicas, positivado no art. 6º, caput, da LINDB, e no art. 5º, caput, XXXV, da CRFB — e a conseqüente extinção do processo posterior, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, inciso V, do Novo CPC.

II – O Egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, “já tendo sido agitado o tema em sede de mandado de segurança e havendo pronunciamento de mérito acerca da questão, não se pode mais buscar a prestação jurisdicional em ação própria, por operar-se a coisa julgada.”

III - Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão foram rejeitados

(e-STJ, fls. 674-680).

A agravante alega contrariedade ao art. 508 do CPC/2015, afirmando que, apesar de existirem as mesmas partes e o mesmo pedido (e ainda que esteja se tratando do mesmo auto de infração resultado de uma fiscalização efetuada pela ANP), o objetivo da lide é a realização de uma perícia para demonstração de não ocorrência da grave ameaça exigida no que tange ao bico de gás encontrado com pressão superior a 215,7 bar.

É o relatório.

Verifica-se que o Tribunal de origem resolveu a controvérsia nos seguintes termos (e-STJ, fls. 661-662):

Nos presentes autos, a parte autora questiona o Processo Administrativo nº 48610.008288/2012-51, em razão do “auto de infração 382870, datado do dia 29/06/2012” (fl. 2), juntando às fls. 38/39 o citado documento de fiscalização.

Da simples comparação das datas e dos números dos autos de infração, é possível concluir que trata-se da mesma fiscalização efetuada pela ANP, sendo portanto completamente impertinente agitar a mesma questão por meio da presente ação, ante à clara ocorrência do fenômeno da coisa julgada, frente ao ajuizamento anterior do Mandado de Segurança nº 2013.5101.021026-3, no qual foi proferida sentença, transitada em julgado, denegando a segurança com resolução do mérito. [...]

Rejeito, também, a alegação de que a dessemelhança das demandas se evidencia diante da necessidade de produção, na presente lide, de prova pericial, consistente em teste de pressão hidrostática de cilindros de GNV e demais componentes do chamado Kit gás, porquanto se trata de informação obtenível em manuais indicativos das especificações técnicas dos produtos disponíveis no mercado, ao alcance de qualquer cidadão, a indicar, por conseguinte, a prescindibilidade da vindicada perícia, considerada, ainda, a credibilidade e o valor científico dos testes de aferição promovidos pelos órgãos de controle vinculados ao INMETRO.

Desse modo, para afastar o entendimento a que chegou a instância ordinária, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar a pretensão recursal, a fim de reconhecer a inexistência de coisa julgada, bem como a possibilidade da realização de produção de prova pericial, como sustentado neste apelo, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos. A providência mostra-se inviável em recurso especial, conforme entendimento assentado na Súmula 7/STJ.

No ponto:

PROCESSUAL CIVIL. VERIFICAÇÃO DE DECISÃO EM OUTRO PROCESSO A FIM DE PERQUIRIR A OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Efetivamente, verificar se no caso concreto a decisão proferida em outro processo (Processo n. 97.0007317-3) abarca ou não a questão enfrentada no

Superior Tribunal de Justiça

auto de infração que foi objeto deste processo de mandado de segurança para efeito de se aferir a ocorrência de coisa julgada é, sem dúvida, novo exame das circunstâncias fáticas que envolvem a causa.

2. Incide o óbice da Súmula n. 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

3. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.319.838/RN, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 7/8/2012, DJe 14/8/2012).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator